

Ornellas defende política de apoio a menor carente

O ex-governador Jose Ornellas, candidato do Partido Liberal ao Senado, quer levar para o futuro Congresso sua experiência no tratamento do menor carente. "uma das questões sociais, a meu ver, das mais afeitivas no quadro das carencias do nosso país".

Ornellas disse que viu com satisfação a discussão em torno da descentralização das ações em defesa do menor carente, no recente encontro realizado em Brasília pela Frente de Defesa dos Direitos da Criança.

— A descentralização das ações foi uma das práticas do meu governo à frente do Distrito Federal, quando levamos para as cidades-satélites a autonomia da aplicação dos recursos — disse o ex-governador, lembrando que as esposas dos secretários foram designadas superintendentes e as mulheres dos administradores regionais gerentes de assistência ao menor carente nas satélites.

O ex-governador do Distrito Federal disse que sua política de assistência ao menor carente se concentrava na Secretaria de Serviços Sociais, emanada do governador, mas as ações eram confiadas à Fundação de Serviços Sociais, à PAS — Proteção e Ação Social e às próprias administrações.

— É assim que eu vejo uma política de defesa e assistência ao menor carente, no Brasil e no Distrito Federal, até com a municipalização das ações, como forma de torná-la mais exequível, mais ágil e mais eficiente.

José Ornellas lembra alguns programas que levaram a Unicef, órgão da ONU, a interessar-se pela política do menor praticada no Distrito Federal. O projeto de creches domiciliares, o que mais chamou a atenção daquele organismo internacional, consistia em entregar grupos de seis crianças a uma mãe que não trabalhasse para permitir que as mães das demais crianças exercessem atividades fora do lar. Mas a estratégia envolvia: promoção do trabalho do menor, projeto do menor abandonado propriamente (às vezes, abandonado pela mãe na porta das casas), projeto de profissionalização.

através da Granja das Oliveiras, e, na área de educação, mas integrado na área de ação social, havia o Proim, que assegurava condições de frequentar a escola a menores que trabalhavam.

Apoio à família

— Mas nossas preocupações não paravam no menor. Tínhamos sempre como objetivo ajudar e promover a família — afirmou o ex-governador do Distrito Federal. — Procurávamos, através de todos os órgãos envolvidos, melhorar a posição das famílias carentes no contexto social. Só assim acreditavamos poderíamos atacar as causas e não apenas administrar as consequências da pobreza e do abandono do menor.

No tratamento das consequências, lembra o ex-governador, o GDF da época assumiu um dos "abacaxis", que era a Funabem e a transformou num dispositivo assistencial diferente ao menor delinquente.

— Quando assumimos a Funabem ela era administrada pelo juiz de menores. Não tínhamos sequer uma cultura de trato do menor infrator. O primeiro passo foi separar o delinquente do menor de conduta irregular, para evitar que ele se tornasse também um delinquente. Ai, mais uma vez praticamos a descentralização. Porque a Funabem era concentradora das ações e o trato do menor é uma responsabilidade do governo a nível estadual, mas implica também na participação da sociedade. Outro aspecto positivo foi evitar a superposição de ações — evitar que a LBA desse assistência por um lado e a Funabem ou órgãos locais por outro. Ao deixar o governo, havíamos delineado e em implantação o Proami — Projeto de Atendimento ao Menor Infrator, cuja filosofia, maior era a reintegração do menor infrator no contexto social.

Ornellas cita um sinal de que sua política do menor infrator deu certo: assumiu o Centro de Triagem do Menor do Gama, que passou a chamar-se Proami, no dia primeiro de janeiro e ao passá-lo ao novo governo a 8 de abril, não tinha ocorrido uma fuga sequer, quando a evasão de menores dali era uma constante.